DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

A Pesquisa Histórica no Nordeste

José Antonio Gonsalves de Mello (*)

"A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar em arquivos nacionais ou estrangeiros peças novas que fundamentem os temas a desenvolver." Esta afirmativa de José Honório Rodrigues não faz justiça ao esforço dos primeiros historiadores brasileiros, que antes mesmo da institucionalização da pesquisa por um Instituto Histórico, mesmo da corte, se deixaram influenciar pelas concepções racionalistas, científicas e técnicas que caracterizam o chamado século das luzes. Desde o século XVIII, surge no Brasil o empenho de buscar a verdade histórica, e os primeiros historiadores dedicam-se à pesquisa como fase preliminar dos seus estudos; uns mais outros menos, sente-se neles o propósito deliberado de ir às fontes manuscritas, de utilizar a bibliografia disponível sobre o passado brasileiro e de avaliar as informações recolhidas. Às vezes os autores debatem no corpo de sua obra as dúvidas suscitadas pelos textos obtidos, ocasião em que se torna evidente a desvalia das primeiras experiências da crítica histórica.

Precisamos conhecer melhor esses pioneiros da nossa historiografia, porque eles nos oferecem os primeiros monumentos de indagação da verdade e de recusa de aceitação passiva das crônicas anteriores. No que se refere ao Nordeste três nomes devem ser salientados, todos trabalhando contemporaneamente: Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c. 1696-c. 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-86). O

(*) Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

primeiro utiliza ampla bibliografia e revela não só pesquisa em arquivos da Província Franciscana a que pertencia, como da de São Bento, e é dos três o mais erudito; o segundo é o menos indagador, mas oferece informes obtidos de depoimentos de pessoas idosas, de manuscritos diversos (e parece ter consultado o texto ainda então inédito da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador) e de livros portugueses dos séculos XVII e XVIII; o terceiro genealogista e não historiógrafo, foi um cuidadoso pesquisador de informações não só genealógicas como também históricas, por mais de trinta anos. É um dos primeiros genealogistas a desprezar as informações de "tias velhas" e a ir diretamente às fontes seguras de documentação cartorial, como era a dos processos de admissão à Santa Casa de Misericórdia de Olinda, onde os irmãos faziam comprovação da "qualidade" dos seus antepassados, e da documentação paroquial, especialmente o famoso *Livro Velho* da Sé de Olinda, dos princípios do século XVII, infelizmente desaparecido. É para lamentar que o exemplo desses pioneiros não encontrasse seguidores, embora Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Soares Mariz e Frei Caneca, no Recife, tivessem deixado trabalhos de natureza histórica, nos primeiros anos do século XIX.

Na década de 1840 em diante iniciam-se novas tentativas de historiografia nesta região: José Bernardes Fernandes Gama escreve e publica o primeiro volume (posteriormente reeditado) das suas *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* (Recife 1840); Antônio Joaquim de Melo a série das *Biografias* (Recife 1856-58); o Padre Lino do Monte Carmelo Luna a *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano* Recife 1857). Da década de 1850, mas publicadas posteriormente, são a *História da Província do Ceará* de Tristão de Alencar Araripe (Recife 1867) e o *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará* de Pedro F. Theberge Fortaleza 1870).

Em 1862 foi fundado o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, de iniciativa de homens de letras de tendência liberal, que tentavam fazer restabelecer a corréta apreciação da Revolução Pernambucana de 1817, naturalmente mal interpretada pelos historiadores da corte. Varnhagen no segundo volume da sua *História Geral do Brasil* (Madrid 1857) e Fernandes Pinheiro em artigo na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* intitulado "Luís do Rego e a posteridade, Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817", representavam a corrente que os fundadores do Ins-

tituto Pernambucano procuravam contestar. Por esse motivo o Instituto recém-fundado elegeu como seu primeiro Presidente um revolucionário de 1817 e cronista do movimento, Monsenhor Francisco Muniz Tavares e tomou a iniciativa de reedtiar duas vezes a *História da Revolução Republicana de 1817* (Recife 1884 e 1917).

O Instituto propunha-se, como o da corte, a "coligir, verificar e publicar documentos, monumentos e tradições históricas... pertencentes à história das Províncias que formaram as antigas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até nossos dias", tendo um dos seus membros, o jornalista e historiador Francisco Manuel Raposo de Almeida (São Miguel, Açores 1827 — São Paulo 1886) elaborado e publicado um plano de pesquisa histórica verdadeiramente pioneiro no Brasil, como salientou José Honório Rodrigues. O Plano de Raposo de Almeida — que em 1870 fundou em Goiana, Pernambuco, talvez o primeiro Instituto Histórico municipal no Brasil — procurava "a melhor maneira de buscar, achar, criticar e organizar os deficientes elementos da história, que é uma ciência, assim como o modo de escrevê-la é uma arte". Diz Rodrigues: "O estudioso pernambucano *(sic)*... é o primeiro teórico de visão exata sobre as necessidades e objetivos da pesquisa histórica". Raposo de Almeida não pôde executar o seu projeto, embora fosse ele um pesquisador dedicado da documentação pernambucana durante os anos que viveu nesta Província. Seriam, porém, três pernambucanos que se tornariam famosos pela importância das pesquisas realizadas e em parte divulgadas na *Revista* do Instituto. Num caso a pesquisa foi levada a efeito por iniciativa do próprio Instituto. São eles: José Higino Duarte Pereira (1846-1901), Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1927) e Alfredo Ferreira de Carvalho (1870-1916).

José Higino foi o primeiro a examinar exaustivamente os arquivos da Companhia das Índias Ocidentais, no Arquivo Geral do Reino, em Haia, trazendo para o Brasil material de importância fundamental para a história nordestina e brasileira. A pesquisa foi realizada pessoalmente por ele, ao contrário do que ocorreu com Joaquim Caetano da Silva, que por desconhecer a língua holandesa se utilizou dos serviços do Conservador daquele Arquivo, J. A. Zwaan. Por outro lado, o acervo pesquisado por iniciativa de Caetano da Silva era apenas parte mínima do que foi objeto da investigação de José Higino.

É digno de ser relembrado o nobre propósito de José Higino ao se empenhar para trazer para o nosso país cópias da documentação existente naquele e noutros arquivos holandeses. As gestões feitas junto ao Ministro do Império, que então era o pernambucano Visconde de Bom Conselho com o apoio do Instituto Histórico Brasileiro, malograram-se, pela ignorância que o Ministro revelou da história de sua própria Província, cujo governo exerceu e deixou por estar notoriamente envolvido na última tentativa de contrabando de escravos no Brasil, em Serinhaem em 1856. A José Higino respondeu o Ministro: "Reconheço a importância do serviço, mas o Governo Imperial nada tem a ver com isso, pois esse negócio só interessa a Pernambuco", como se a história pernambucana não fosse parte magna da história brasileira. Nove anos passaram antes que José Higino pudesse ver realizado o seu propósito. Por iniciativa do Instituto Arqueológico, a Assembléia Provincial votou a dotação de 7:000$ para as despesas da pesquisa, a que se ajuntaram 1:483$350 obtidos pelo Instituto em um recital artístico. José Higino não percebeu qualquer honorário pelo trabalho, mantendo-se no exterior com o ordenado de Professor da Faculdade de Direito do Recife, concessão que foi suspensa logo que outro Ministro do Império, Barão de Mamoré, em janeiro de 1886, percebeu que a missão era de interesse provincial, não obstante achar-se o professor em período de férias acadêmicas. Escreveu José Higino: "o ato do Exmo. Sr. Barão de Mamoré, confesso, magoou-me profundamente. Mas a minha mágoa não proveio do fato material de achar-me privado dos meus módicos vencimentos. Apesar disso permaneci em Haia o tempo necessário para concluir o exame de todas as coleções e redigir as minhas instruções sobre os documentos que deveriam ser copiados na minha ausência, não podendo prolongar por mais tempo a minha residência ali, porque a suspensão de vencimentos importava implicitamente a revogação da licença, sem prazo certo, que o Governo me havia dado". Ao contrário do Governo Imperial, o Diretor do Arquivo Geral do Reino, de Haia, fez a José Higino uma concessão especial, significativa da elevada consideração que lhe mereceu o pesquisador pernambucano: permitiu-lhe que levasse para casa os manuscritos para os fazer copiar fora das horas do expediente do Arquivo!

O protesto público de José Higino contra o ato do Governo Imperial repercutiu no Senado, quando o Barão de Mamoré tentou justificar-se, ao que deu resposta altiva, mostrando a improcedência da justificativa e até a inverdade

dela, o próprio Instituto Arqueológico em nota datada de 16 de setembro de 1886. Este episódio da História do Império é aqui salientado como indicação das dificuldades que encontrava a pesquisa histórica de iniciativa provincial, episódio que certamente merecerá a atenção de um futuro estudioso da história do Império considerada do ponto de vista do Nordeste ou de Pernambuco.

No Nordeste outros institutos históricos foram fundados após 1862, ano da instalação do Instituto Arqueológico Pernambucano. Foram eles:

1) Instituto Histórico de Alagoas, em 1869
2) Instituto do Ceará, em 1887
3) Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902
4) Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1907.

Todos eles, uns mais, outros menos, têm divulgado, nas páginas de suas *Revistas,* pesquisas históricas realizadas por seus membros ou têm animado pesquisas divulgadas em livros. O Instituto do Ceará salientou-se em todo o Nordeste em decorrência das pesquisas realizadas em Portugal pelo Barão de Studart, desde 1892, por iniciativa individual, mas das quais ofereceu os resultados em vários números da sua prestigiosa *Revista:* além disso Studart publicou coletâneas de documentos e estudos baseados na mesma documentação. São particularmente valiosos os *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará* em 4 volumes e o *Dicionário Bibliográfico Cearense* em 3 volumes. Graças a isso a historiografia cearense pôde avançar de forma mais segura do que qualquer outra dos demais Estados nordestinos. Ainda há pouco o Instituto tomou a iniciativa da publicação de uma *História do Ceará* dividida em temas, entregues a vários autores; em obras dessa natureza há inevitavelmente altos e baixos, sendo a *História Econômica do Ceará* de Raimundo Girão (Fortaleza, 1947) uma das melhores do conjunto. Na coleção "História e Cultura" o Instituto divulgou documentos.

Na Revista do *Instituto Histórico do Rio Grande do Norte* foram também publicados documentos e, entre os colaboradores, destaca-se Luís Fernandes. O Estado conta também com estudos históricos, com base em pesquisa de fontes, de autoria de Vicente Lemos, A. Tavares de Lyra e Luís da Câmara Cascudo. Na Paraiba os livros de Maximiano Lopes Ma-

chado, Irineu Ferreira Pinto, Irineu Joffily, Horácio de Almeida, Humberto Nóbrega e Wilson Seixas, além de várias monografias municipais de valor, podem ser apontados como exemplo do esforço de pesquisa que ali tem sido realizado. Um tema que tem merecido a atenção dos historiadores paraibanos é o do devassamento territorial, com base em fontes notariais — tema que em Pernambuco não encontrou quem a ele dedicasse o estudo que está a exigir, embora a tese de Capistrano de Abreu acerca do desinteresse pernambucano pela ocupação do seu próprio território tenha sido contestada com vantagem. Em Alagoas as obras de Craveiro Leite, Manuel Diégues Junior e Moacir Sant'Ana, entre outros, destacam-se pela pesquisa e pela contribuição histórica.

Em Pernambuco, pelo fato de ter sido o núcleo de onde irradiou a ação conquistadora do Nordeste e do Norte do Brasil e, mais tarde, a Capitania geral com autoridade administrativa sobre as demais Capitanias da região até o Ceará, a pesquisa histórica deveria abranger toda a área nordestina. Fatores diversos, porém, limitaram o trabalho de pesquisa dos pernambucanos à sua própria história. Neste campo o passo inicial foi dado por iniciativa do historiador pernambucano Antônio Joaquim de Mello, quando Deputado Provincial, fazendo incluir no orçamento de 1845 a verba de 4:000$, para "obter da Torre do Tombo cópias dos documentos que mais interessantes forem à História desta Província", do que resultou a cópia de vários códices da coleção "Brasil" daquele Arquivo, entre os quais a "Narração histórica das calamidades de Pernambuco desde 1707 até 1715" e a "Informação Geral da Capitania de Pernambuco" (c. 1749). A esta segue-se, de 1885 a 86, a pesquisa de José Higino na Holanda. Em 21 de junho de 1886 F. A. Pereira da Costa apresenta relatório ao Presidente da Província sobre "livros e documentos existentes nos conventos e mosteiros do Recife e Olinda que convinha remover para a Biblioteca Pública", onde descreve o abandono em que encontrou bibliotecas e arquivos das Ordens Regulares, indicando também que repartições públicas haviam queimado recentemente seus arquivos, como a Tesouraria da Fazenda e a Assembléia Provincial, esta, de "todo o arquivo do extinto Conselho Provincial que ali se guardava, compreendendo o período notável de 1825 a 1834". O mesmo acontecera com a Câmara Episcopal de Olinda. Esses fatos já haviam sido comentados dez anos antes, em uma "publicação solicitada" no Jornal do Brasil de 9 de maio de 1876. Pereira da Costa em 1893 redige novo relatório de suas pesqui-

sas "nos arquivos públicos de Olinda", quando novamente aponta o abandono da documentação daquela cidade, e publica uma série de documentos que lhe pareceram dignos de serem conhecidos. Até a morte de Pereira da Costa, em 1927, foi ele o mais erudito conhecedor da documentação pernambucana. Mas suas pesquisas pouco haviam ultrapassado os limites do Estado. Por iniciativa pessoal, iniciei na década de 1940 o exame dos arquivos do Recife e de Olinda e da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia material de interesse para a história pernambucana. Mais tarde, apoiado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a pesquisa abrangeu os arquivos de igrejas e irmandades e alguns conventos daquelas duas cidades. Em 1951-1952 e 1957-1958, em missão oficial da então Universidade do Recife, a pesquisa estendeu-se aos principais arquivos da Europa ocidental. Da documentação examinada foi feita uma seleção ampla, abrangendo tanto a história política, militar, religiosa, quanto a econômica, social, demográfica, das artes, etc,. sendo que a documentação selecionada foi microfilmada (não havia na época outra forma de reprodução); ao mesmo tempo foram feitas cópias fac-similares de todos os mapas, plantas de edifícios diversos, de pontes, de figurinos militares etc. respeitantes ao Nordeste encontrados em arquivos portugueses e holandeses, quando não divulgados anteriormente. Foram feitos, ainda, confrontos de textos de interesse para a história do Nordeste já publicados com os originais ou apógrafos dos mesmos, com o objetivo de conferir o valor das edições de que dispomos no Brasil. Ficamos então surpreendidos com as deficiências de edições de textos largamente utilizados entre nós, feitas por instituições de categoria do Instituto Histórico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. A edição dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Rio, 1930), anotada com grande erudição por Rodolfo Garcia, omitida em um dos "diálogos" nada menos de quatro páginas do texto manuscrito mais antigo conhecido, o da Biblioteca da Universidade de Leiden; e exatamente num trecho em que o autor descrevia aspectos fundamentais da vida econômica dos engenhos de açúcar. A edição da *História da Guerra de Pernambuco* de Diogo Lopes de Santiago (Rio, 1875-80) deixou de incluir três capítulos do único apógrafo conhecido, o da Biblioteca Municipal do Porto. A leitura paleográfica das cartas de Duarte Coelho publicadas na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (Porto, 1926) revelou-se tão deficiente que se impôs uma nova edição desses

documentos, como ainda se impõe a das cartas de Tomé de Sousa e de outras figuras ilustres da administração portuguesa do Brasil de meados do século XVI. O próprio Varnhagen surgiu como mau editor de textos, na sua *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* (Viena, 1871). Por isso pareceu-nos prioritário oferecer aos historiadores e aos demais interessados textos cuidadosamente conferidos com os seus originais ou apógrafos e editados com leitura paleográfica correta. Para esta última parte iniciamos, pela primeira vez em Pernambuco, cursos regulares da paleografia portuguesa de interesse brasileiro (isto é, a partir do século XV e, mais tarde, obtivemos que a matéria fosse incluída no currículo do curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, como até hoje se conserva. Com relação às fontes, iniciamos a publicação de uma série intitulada "Documentos para a História do Nordeste", onde pela primeira vez foi feita a edição integral dos *Diálogos das Grandzas do Brasil* e da leitura correta das *Cartas de Duarte Coelho,* com reprodução fac-similar dos manuscritos e leitura paleográfica linha a linha. A série ficou interrompida no terceiro volume, não por falta de textos a merecer edição, alguns dos quais, já prontos, infelizmente permanecem inéditos.

Tentativas de identificação de textos para a história serial de preços e salários, do período colonial foram feitas em arquivos pernambucanos que podiam oferecê-los. Lamentavelmente o arquivo da Misericórdia de Olinda desapareceu e uns poucos livros dessa procedência, que localizamos no da Misericórdia do Recife, não forneceram os elementos procurados. Da mesma forma o arquivo do hospital da Ordem III de São Francisco do Recife não se conservou. Resta a possibilidade de que o Mosteiro de São Bento de Olinda possa suprir a lacuna, mas ele permanece fechado a investigação dos historiadores leigos. A publicação do "Livro do gasto da sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1756-1802" (*Revista do DPHAN* vol. 12, 1955) oferece alguns elementos de interesse para o tema, e permite supor a existência de livro ou livros correspondentes da Mordomia do Mosteiro. Não obstante a crítica feita a esse tipo de fonte para a história dos preços, seriam tais informes, se obtidos, os únicos em relação à Capitania de Pernambuco. Gadiel Pernuci utilizou os jornais para obter séries de preços do período do Império e da República.

Os arquivos paroquiais, básicos para a história demográfica, ainda não foram explorados e criticados pelos nossos

historiadores ou demógrafos. Em algumas paróquias conservam-se livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos a partir de meados do século XVIII. Entretanto não nos parece seguro, pelo que podemos observar nos livros que compulsamos, que os registros abranjam realmente todos os atos suscetíveis de registro. Numa sociedade escravocrata, nem sempre os batizados de escravos eram registrados; como são freqüentes as referências a escravos mortos deixados à noite à porta das igrejas para enterramento, sem quaisquer elementos de identificação. Resta, naturalmente, a possibilidade de utilização da técnica de "história de família", não obstante as dificuldades decorrentes do uso luso-brasileiro que não respeitava os apelidos.

Problema maior, que está a exigir providências imediatas, sob pena de, retardadas, nada mais encontrar a salvar, é o dos arquivos notariais. Propriedade do titular do cartório, os arquivos notariais, tanto de livros de registros públicos quanto de processos diversos, sobretudo de inventários, estão imunes às tentativas do Poder Executivo de recolhê-los a arquivos públicos. Os juizes corregedores não demonstram interesse pela matéria, de forma que, na grande maioria, estão a apodrecer em cubículos e dependências de cartórios nem sempre livres de estragos do tempo. Depoimentos nesse sentido temos recolhido de quantos se interessam por esse tipo de fontes, inclusive de ilustres magistrados. O Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, por iniciativa do Prof. Luís Delgado, interessou-se pela preservação da documentação notarial, mas esbarrou na legislação vigente, que não permite a interferência do Executivo, em face do descaso do Judiciário na matéria. Impõe-se que o assunto mereça a atenção das autoridades, quanto antes.

Igualmente digno de atenção imediata é o problema da conservação dos arquivos das irmandades, confrarias e ordens terceiras. E ainda dos arquivos de Ordens regulares. Há exceções honrosas, mas de um modo geral o estado de conservação é lamentável. Os arquivos da Ordem Carmelita de Olinda, de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho e da Congregação de São Filipe Neri do Recife desapareceram quase completamente. O daquelas congregações leigas estão ao desbarato, e alguns foram recolhidos à Cúria Arquidiocesana ou ao IPHAN, mas em parte mínima. Esta tem merecido a atenção de um pesquisador e historiador que revelou achados surpreendentes, tanto do ponto de vista artístico quanto histórico: o Revdo. Pe. Jaime Diniz. Não só trouxe ele ao

conhecimento dos estudiosos da música do período colonial brasileiro a obra artística notável de Luís Álvares Pinto, como de músicos de quem se conhecia, às vezes mal, apenas o nome. A serviço do IPHAN também pesquisamos os arquivos de várias dessas Congregações leigas e verificamos que, em alguns casos, os papéis que nelas se conservam não interessam apenas ao exercício religioso ou à história do templo onde estão ou estavam instaladas. Em uma delas encontramos livros de uma corporação de escravos que se empregavam na venda de capim; em outra o arquivo de um comerciante do Recife de fins do século XVII.

Muito raros são os arquivos particulares que chegaram até nós, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, para usar a terminologia atual. Embora sejam relativos a Pernambuco alguns dos arquivos de comerciantes do período colonial de que se tem conhecimento — de Miguel Dias de Santiago, de Antônio Coelho Guerreiro, de Antônio Fernandes de Matos, de Luís Cardoso e de Francisco Pinheiro — a maior parte deles ainda permanece fora do alcance dos pesquisadores. Livros de contas de engenhos poucos existem e talvez a maior parte dos senhores nenhuma contabilidade tivesse; os que existem pertencem ao século XIX e são de proprietários que eram simultaneamente comerciantes, como é o caso de Bento José da Costa, senhor do Engenho Salgado. Ainda recentemente o hoje Professor Peter L. Eisenberg, ao projetar uma história da indústria açucareira em Pernambuco, foi forçado a modificar seus planos pela inexistência de documentação desse tipo. Menos raros são os arquivos de políticos do século XIX que chegaram aos nossos dias; o do Visconde de Camaragibe conta-se como um dos mais ricos.

As coleções de jornais pernambucanos são particularmente valiosas e têm sido usadas em estudos pioneiros, como o da utilização de anúncios para estudos antropológicos e de história social por Gilberto Freyre, desde 1933. Após ele, os anúncios, os "a pedidos", os "comunicados" e o próprio noticiário das redações têm fornecido elementos históricos de grande valor, como atestam os estudos de Luís Nascimento, Nilo Pereira, Amaro Quintas, Valdemar Valente em Pernambuco, de Diégues Junior e de Moacir Sant'Ana com base em diários alagoanos e de Humberto Nóbrega com jornais paraibanos. É inadiável, porém, a execução de um plano de microfilmagem desses jornais, que estão (pelo menos os de Pernambuco) a perder-se pelo manuseio freqüente e sobretu-

do pela má qualidade do papel aqui utilizado desde meados do século XIX em diante.

Não pretendemos recensear todos os materiais suscetíveis de utilização histórica: fotografias, gravuras, inscrições, impressos "volantes", folhetos populares, rótulos de cigarro, de aguardente etc. De todos eles há exemplares e até coleções no Nordeste e em Pernambuco, especialmente.

Uma área merece aqui referência especial, pela atenção que tem encontrado recentemente em Pernambuco entre jovens pesquisadores: a da arqueologia histórica. Sentimo-nos ligados aos começos dessa atividade entre nós, e muito nos honra ter dado condições à formação dos primeiros investigadores nesse campo. Iniciada no sítio dos Marcos, onde esteve localizada a feitoria de Pernambuco, de 1516, as pesquisas prosseguiram no Arraial Velho do Bom Jesus, no porto luso-holandês de Suape e no Forte de Santa Catarina, na Paraíba. O material resultante desses trabalhos está a ser analisado, e sobre o que já se revelou há interesse manifestado em outras áreas brasileiras, em Portugal e na Holanda.